

Colégio  
M0001Sala  
0001Ordem  
0001

Setembro/2023

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESPÍRITO SANTO

## V Concurso Público para Provimento do Cargo Inicial da Carreira de Defensor(a) Público(a) do Estado do Espírito Santo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-003

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PRIMEIRA FASE – PROVA ESCRITA OBJETIVA

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A Esperança, por enganosa que seja, torna nossa vida mais agradável.

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará a anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer comunicação entre os(as) candidatos(as), nem a utilização de livro, anotação, impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

## PRIMEIRA FASE – PROVA ESCRITA OBJETIVA

### Direito Constitucional

1. A constituição de Regiões Metropolitanas depende de
  - (A) aprovação de lei complementar na Assembleia Legislativa e em todas as Câmaras Municipais para a constituição de aglomeração urbana ou microrregião formada por municípios limítrofes.
  - (B) formalização de consórcio público entre os entes federados, com a transferência total ou parcial de encargos, serviços e bens essenciais à gestão associada de serviços públicos.
  - (C) criação de estrutura de governança interfederativa paritária, com instância colegiada deliberativa e instância executiva, ambas com participação da sociedade civil.
  - (D) consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
  - (E) lei complementar estadual e estudos técnicos e audiências públicas que envolvam todos os Municípios pertencentes à unidade territorial, independentemente da concordância dos Municípios envolvidos.

---

2. Um dos princípios constitucionais sensíveis expressos que pode dar ensejo à propositura da representação interventiva consiste em inobservância
  - (A) da organização da Defensoria Pública.
  - (B) da independência do ente estadual.
  - (C) das garantias do Ministério Público.
  - (D) da autonomia municipal.
  - (E) da fiel execução da lei distrital.

---

3. Acerca dos direitos dos trabalhadores expressos na Constituição Federal,
  - (A) a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre alcança os menores de 16 anos e qualquer tipo de trabalho é vedado aos menores de quatorze anos, salvo aquele na condição de aprendiz.
  - (B) é assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
  - (C) o aposentado filiado tem direito a votar nas organizações sindicais, podendo ser votado apenas para composição de diretoria sindical específica para defesa dos interesses dos aposentados da categoria.
  - (D) é proibida a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, exceto aquelas distinções previstas em acordo ou convenção coletiva.
  - (E) o piso salarial deve ser nacionalmente unificado e fixado em lei, considerando a extensão e a complexidade do trabalho, devendo ser utilizado como base para décimo terceiro salário e férias anuais.

---

4. Lewá nasceu em Halabja, território curdo no norte do Iraque, no início de 1987. Com 6 meses de idade, Lewá foi trazida para o Brasil, para aqui viver, por um casal capixaba que não conseguia ter filhos, sendo criada no seio dessa família, em Vitória, como se filha fosse. Lewá fala apenas português, como sua língua nativa, é católica e se considera pertencente e criada na cultura brasileira, possuindo visto permanente. Aos 14 anos, Lewá foi viver com seus pais de criação em Angola, que estavam trabalhando para a Cruz Vermelha Internacional, vindo a regressar para o Brasil apenas aos 24 anos e indo residir em Guarapari. No início desse ano, Lewá foi condenada por tráfico internacional de drogas, ao tentar viajar para Angola com uma mala repleta de cocaína e K9. Considerando apenas essas informações e o ordenamento jurídico brasileiro, caso o Brasil deseje adotar alguma medida de retirada de Lewá do território nacional, está configurada a hipótese de
  - (A) entrega.
  - (B) repatriação.
  - (C) expulsão.
  - (D) deportação.
  - (E) extradição.

---

5. A participação social é estabelecida pela Constituição Federal para além dos mecanismos constitucionais tradicionais (plebiscito, referendo e iniciativa popular de lei), destacando-se a previsão, como órgão(s) de participação,
  - (A) do Conselho de Comunicação Social, como órgão auxiliar da Presidência da República.
  - (B) dos conselhos de educação, que são criados e integrados a partir dos conselhos de fiscalização do FUNDEB.
  - (C) do Conselho Deliberativo e Gestor responsável pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.
  - (D) do Conselho Nacional de Saúde consultivo e auxiliar do Congresso Nacional na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo de Saúde.
  - (E) dos conselhos de política cultural, que constituem a estrutura do Sistema Nacional de Cultura.

6. Acerca do direito eleitoral no âmbito da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,
- (A) inexistente previsão constitucional para a edição de decretos legislativos que visem a sustar atos emanados do Poder Judiciário, situação que representa violação à separação de poderes.
  - (B) é cabível a exigência de apresentação simultânea do título eleitoral e de documento oficial com foto para identificação do eleitor no momento da votação.
  - (C) o prazo de filiação partidária nas eleições de 2020 foi prorrogado diante da situação de pandemia da Covid-19, em atenção ao princípio democrático e à soberania popular.
  - (D) é permitido o exercício de terceiro mandato eletivo para cargo do Poder Executivo por pessoa do mesmo grupo familiar, ainda que seja em Município vizinho.
  - (E) a cassação ou perda de mandato de parlamentar ou chefe do Poder Executivo em qualquer esfera federativa fica condicionada ao trânsito em julgado da decisão da Justiça Eleitoral.
- 

7. Acerca do reconhecimento de omissão inconstitucional em matéria de direito da criança e do adolescente, o Supremo Tribunal Federal determinou que seja
- (A) concedida licença maternidade de 120 dias ao servidor público que seja genitor monoparental de crianças geradas por fertilização *in vitro* e gestação por substituição, com base no disposto na Constituição Federal e na legislação de regência.
  - (B) considerado como termo inicial de licença-maternidade a internação hospitalar da mãe ou o nascimento do recém-nascido, o que ocorrer por último, mesmo que o período de internação exceda as duas semanas previstas na CLT.
  - (C) aplicado o direito a horário especial, sem redução dos vencimentos e com a compensação de horário, aos servidores públicos estaduais e municipais com filhos com deficiência, nos termos conferidos pela legislação aos servidores públicos federais.
  - (D) substituída a prisão preventiva pela domiciliar de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e pessoas com deficiência, dispensada a aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no Código de Processo Penal.
  - (E) garantido o benefício assistencial a crianças e adolescentes cujas famílias possuam renda familiar per capita no valor de até um salário-mínimo, excluídos valores eventualmente oriundos de programas de transferência de renda.
- 

8. Considerando o controle de convencionalidade e o diálogo entre cortes, a medida incidental em medida cautelar na ADPF 635, deferida pelo Supremo Tribunal Federal para o fim de determinar que não fossem realizadas operações policiais nas favelas no Rio de Janeiro durante a pandemia de Covid-19, usou como um dos seus fundamentos a necessidade de dar cumprimento à sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos proferida no caso
- (A) Departamento de Polícia Judiciária de Vila Velha.
  - (B) Favela Nova Brasília.
  - (C) Nogueira de Carvalho e outro.
  - (D) Sales Pimenta.
  - (E) Barbosa de Souza e outros.
- 

9. O Estado do Espírito Santo reconheceu, por meio da Lei Estadual nº 5.751/1998, sua responsabilidade por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas, legal ou ilegalmente, por motivos políticos entre os dias 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Referida lei previu a indenização ou pensão especial para aqueles que, nessas condições, tenham sofrido sevícias ou maus tratos, que acarretaram danos físicos ou psicológicos, quando se encontravam sob a guarda e responsabilidade ou sob poder de coação de órgãos ou agentes públicos estaduais. Além disso, a indenização também se estendeu àqueles que tenham sofrido perdas e danos materiais, em razão de terem cerceados direitos inerentes ao exercício profissional, por motivos políticos, durante esse período. Dentro desse quadro normativo,
- (A) são reconhecidas como mortas as pessoas desaparecidas no período mencionado e que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas.
  - (B) a pensão especial será concedida às pessoas que tenham perdido a sua capacidade laborativa ou, em caso de morte, a seus familiares.
  - (C) caberá a cada prefeito conceder a indenização ou a pensão especial que a comissão especial entender devida, por meio de decreto.
  - (D) o pagamento de eventual indenização pela União fundada em iguais motivos não inibe o recebimento da indenização prevista na lei estadual.
  - (E) a fixação da pensão especial levará em conta a perda da capacidade laborativa, independentemente da necessidade de tratamento médico do beneficiado.

10. Acerca do direito à saúde, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu em tese de repercussão geral que
- (A) o ressarcimento de serviços de saúde prestados por unidade privada em favor de paciente do SUS, em cumprimento de ordem judicial, deve utilizar como critério o mesmo adotado pelos planos de saúde para o pagamento dos profissionais conveniados ou cadastrados por aquele determinado plano – Tema 1033.
  - (B) compete à autoridade judicial, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, decidir o melhor direcionamento do cumprimento de decisão ou sentença com base nas regras de repartição de competências, não podendo determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro – Tema 793.
  - (C) o déficit de profissionais no caso de serviços de saúde pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) – Tema 698.
  - (D) é constitucional a regra que permite, no âmbito do Sistema Único de Saúde, a internação em acomodações superiores, bem como o atendimento diferenciado por médico do próprio Sistema Único de Saúde, ou por médico conveniado, mediante o pagamento da diferença dos valores correspondentes – Tema 579.
  - (E) é incompatível com a Constituição Federal controle judicial a tornar obrigatória a observância dos percentuais mínimos previstos no artigo 77 do ADCT relativo aos recursos orçamentários destinados à saúde, considerado período anterior à edição da Lei Complementar nº 141/2012 – Tema 818.
- 

#### Direitos Humanos

11. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para os quais as Nações Unidas estão contribuindo visa
- (A) garantir sustentabilidade ambiental.
  - (B) combater HIV/AIDS, a malária e outras doenças.
  - (C) reduzir a mortalidade infantil.
  - (D) melhorar a saúde materna.
  - (E) assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- 
12. O constitucionalismo contemporâneo e a própria Constituição Federal permitem a restrição a direitos humanos por meio de lei – ou por meio de interpretação judicial que decide conflito entre direitos em colisão –, sendo que a restrição ou reserva legal
- (A) geral de ponderação é estabelecida pela Constituição mediante a estipulação de requisitos e condições que a lei necessariamente deve observar.
  - (B) proporcional é aquela permitida pela Constituição por meio de lei que deve ser submetida ao crivo da proporcionalidade.
  - (C) qualificada é aquela que consiste na autorização dada pela Constituição para a edição posterior de lei que adote determinada restrição a direito fundamental.
  - (D) subsidiária é aquela em que os direitos fundamentais são submetidos à ponderação com outros valores previstos na Constituição.
  - (E) simples é aquela em que não há na Constituição qualquer menção à lei restritiva, mas pode haver regulamentação pelo legislador em face dos demais valores constitucionais.
- 
13. Acerca do monitoramento dos tratados internacionais específicos de direitos humanos no sistema global, a Convenção
- (A) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência prevê, em seu texto, a obrigatoriedade da apresentação de relatórios periódicos e a possibilidade de comunicações interestatais, sendo que o sistema de peticionamento individual depende da aceitação expressa.
  - (B) sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial prevê, em seu texto, a obrigatoriedade da apresentação de relatórios periódicos e a possibilidade de comunicações interestatais enquanto o sistema de peticionamento individual é previsto em protocolo facultativo.
  - (C) sobre os Direitos da Criança prevê, em seu texto, a apresentação de relatórios periódicos enquanto o sistema de peticionamento individual e de comunicação interestatal são previstos apenas no terceiro protocolo facultativo.
  - (D) sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher prevê, em seu texto, a obrigatoriedade de apresentação de relatórios periódicos e a possibilidade de comunicações interestatais, sendo que o sistema de peticionamento individual depende de aceitação expressa.
  - (E) contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes prevê, em seu texto, a obrigatoriedade da apresentação de relatórios periódicos e a possibilidade de comunicações interestatais enquanto o sistema de peticionamento individual é previsto em protocolo facultativo.
- 
14. Na temática de povos indígenas e comunidades tradicionais, a Corte Interamericana de Direitos Humanos fixou tutela de urgência no caso dos membros
- (A) dos Povos Indígenas Yanomami, Ye'kwana e Munduruku.
  - (B) da comunidade Guapo'y do Povo Indígena Guarani Kaiowá.
  - (C) do Povo Indígena Pataxó localizado nas Terras Indígenas Barra Vetha e Comexatibá.
  - (D) identificados da União dos Povos Indígenas do Vale de Javari.
  - (E) do Território Quilombola Boa Hora III/Marmorana.

15. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos publicou um caderno de seguimento acerca da implementação e impactos da Resolução nº 01/2020, emitida pela Comissão, sobre Pandemia e Direitos Humanos nas Américas. Acerca do Brasil, a Comissão apontou que o Supremo Tribunal Federal adotou decisão com base nessa resolução acerca de
- (A) limites para operações policiais.
  - (B) pessoas privadas de liberdade.
  - (C) vacinação obrigatória de crianças.
  - (D) proteção dos povos indígenas.
  - (E) medidas de distanciamento social.
- 
16. A carta de constituição da Organização Mundial de Saúde trouxe um novo conceito de saúde, o qual prevê a saúde como
- (A) definida no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas.
  - (B) dever do Estado e direito de todos assegurado mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos.
  - (C) um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não consistindo apenas na ausência de doença ou de enfermidade.
  - (D) direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
  - (E) o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida.
- 
17. O presidente de determinado país se recusou a adotar qualquer medida de enfrentamento da pandemia de Covid-19, nem mesmo após os avanços do conhecimento científico sobre a doença, as possibilidades de tratamento e as medidas de prevenção, inclusive medidas não farmacológicas e a vacinação. Por conta dessa postura, esse país teve um grande contingente de mortos durante todo o período de emergência sanitária determinado pela Organização Mundial de Saúde. Análises sanitárias e epidemiológicas indicam que número expressivo dessas mortes, nesse país, poderia ter sido evitado, com a adoção de medidas de distanciamento social e o uso de máscara, já nos primeiros meses da pandemia, e a compra e distribuição de vacinas tão logo essas foram disponibilizadas aos países vizinhos. Foram instaurados comitês de investigação, tanto pelo Poder Legislativo quanto por organizações da sociedade civil, que concluíram que o presidente possuía as informações técnicas e os dados de morbimortalidade. Constatou-se, ainda, nessas análises sanitárias e epidemiológicas que a pandemia, nesse país, atingiu de maneira desproporcional os grupos mais vulneráveis, especialmente pessoas pobres, imunodeprimidas, idosas e/ou com outros tipos de vulnerabilidades. Porém, o Procurador-Geral, único que possuía atribuição para processar o agora ex-presidente, requereu o arquivamento de todas as investigações, não existindo qualquer órgão recursal administrativo para revisão desse arquivamento, vinculando o Poder Judiciário. Desse modo, entidades de direitos humanos do país, em parceria com organizações de direitos humanos do Sul Global, decidiram encaminhar uma representação ao Procurador do Tribunal Penal Internacional. Com base apenas nessas informações, as condutas praticadas pelo presidente se enquadram, nos termos previstos no Estatuto de Roma, como prática de crime
- (A) agressão.
  - (B) de guerra.
  - (C) de genocídio.
  - (D) contra a humanidade.
  - (E) contra a administração da justiça.
- 
18. Diversas agências especializadas das Nações Unidas possuem representação no Brasil, tratando de diferentes temas que são de relevância institucional para a atuação da Defensoria Pública no campo de promoção e defesa dos direitos humanos. Desse modo, considere as assertivas abaixo:
- I. A FAO é a principal organização humanitária que salva vidas e muda vidas, oferecendo assistência alimentar em emergências e trabalhando com as comunidades para melhorar a nutrição e criar resiliência.
  - II. O PNUMA é a principal autoridade ambiental global que define a agenda ambiental global, promove a implementação coerente da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável dentro do sistema das Nações Unidas e atua como um defensor autorizado do meio ambiente global.
  - III. Uma das missões do UNICEF é contribuir para o diálogo intercultural através da educação, das ciências, da cultura, da comunicação e da informação.
  - IV. O FIDA tem investido nas pessoas das zonas rurais há 40 anos, capacitando-as de forma a reduzir a pobreza, aumentar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e fortalecer a resiliência.
  - V. A ONU Mulheres é a agência encarregada de assegurar um mundo onde toda gravidez é desejada, todo parto é seguro e o potencial de cada jovem é observado.
- Está correto que se afirma APENAS em
- (A) II e IV.
  - (B) I, III, IV e V.
  - (C) I, II e V.
  - (D) I, III e IV.
  - (E) II e III.

## Direito Administrativo

19. A função em confiança não requer concurso público para seu exercício, haja vista que podem ser exercidas
- (A) exclusivamente por servidores que detenham cargos em comissão e que, assim, são voltados a atribuições de direção, chefia e assessoramento.
  - (B) preferencialmente por servidores ocupantes de cargo eletivo ou temporário e que se limitem às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
  - (C) exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e que se limitem às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
  - (D) exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, não se limitando a atribuições de direção, chefia e assessoramento.
  - (E) preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo, limitando-se a atribuições de direção, mas não de chefia e assessoramento.
- 
20. A utilização de credenciamento para garantir a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas caracteriza a contratação
- (A) com pré-qualificação.
  - (B) em mercados fluidos.
  - (C) com seleção a critério de terceiros.
  - (D) paralela e não excludente.
  - (E) por registro cadastral.
- 
21. No tocante aos contratos administrativos, conforme previsão expressa na Lei nº 14.133/2021, na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observando o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá, dentre outras ações,
- (A) convocar os licitantes remanescentes para negociação, em ordem classificatória, com vistas à obtenção de melhor condição, desde que o parâmetro não ultrapasse a oferta dos licitantes convocados.
  - (B) considerar automaticamente a licitação frustrada, iniciando outro procedimento licitatório, com as correções necessárias a torná-la atrativa.
  - (C) convocar os licitantes remanescentes para negociação, em classificação aleatória, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.
  - (D) adjudicar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes convocados, que não aceitaram a contratação, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor preço.
  - (E) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 
22. A incorporação de área pública isoladamente inaproveitável constitui modalidade de alienação de bem público conhecida como
- (A) investidura.
  - (B) cessão parcial.
  - (C) dação.
  - (D) doação.
  - (E) concessão de domínio.
- 
23. Em se tratando de alocação de riscos, dentro da esfera dos contratos administrativos, define-se como matriz de riscos
- (A) o documento elaborado para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com concorrentes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com análise prévia de riscos à contratação futura.
  - (B) a cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.
  - (C) o documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os parâmetros e elementos descritivos, em especial, no tocante a riscos possíveis da contratação.
  - (D) a peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, com indicações de estudos técnicos que adentrem na esfera de possíveis fatores que possam desencadear o não cumprimento do contrato futuro.
  - (E) o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure sua execução futura.
- 
24. A respeito do tema "atributos do ato administrativo", a autoexecutoriedade dos atos administrativos consiste na possibilidade de a Administração executar sozinha seus próprios atos. Em contrapartida, há exceções previstas pela Constituição Federal, quando, por exemplo, referimo-nos à inviolabilidade do sigilo de dados e das comunicações (art. 5º, XII, CF) ou à suspensão das atividades ou à dissolução compulsória de associações (art. 5º, XIX, CF), que não autorizam a autoexecutoriedade. Nesses casos, trata-se de
- (A) indisponibilidade do direito.
  - (B) executoriedade mitigada.
  - (C) cláusula de reserva judicial.
  - (D) cláusula de barreira.
  - (E) autoexecutoriedade externa.

## Direito Tributário

25. Um ato jurídico simulado que visa não recolher ou recolher tributo a menor é a
- (A) fraude fiscal.
  - (B) ação de planejamento tributário.
  - (C) elisão fiscal.
  - (D) elusão fiscal.
  - (E) evasão fiscal.
- 
26. São conhecidas as tentativas de afastar-se tributos de suas limitações constitucionais, na expectativa de serem criados para além de suas competências, de modo disfarçado. Para o enfrentamento de tais condutas, impedindo o subterfúgio, tem-se instituída, no direito tributário, a
- (A) atitude fraudulenta.
  - (B) irrelevância de denominação.
  - (C) hipótese tributária.
  - (D) negativa de identificação.
  - (E) finalidade desviada.
- 
27. A progressividade, em matéria tributária, não se mostra exclusivamente como uma decorrência da concretização da justiça retributiva. Para além da capacidade contributiva, também se baseia em parâmetro nascido da Ordem Económica, a progressividade
- (A) contextual.
  - (B) social.
  - (C) orgânica.
  - (D) económica.
  - (E) estrutural.
- 
28. É característica da suspensão da exigibilidade do crédito tributário:
- (A) aproveitamento do prazo restante antes da suspensão para gozo do direito, desde que considerado o acréscimo moralório.
  - (B) inviabilidade de retomada de prazo a partir da data de sua suspensão para gozo do direito em discussão.
  - (C) interromper a exigibilidade, com impossibilidade de ser reavivado ainda no mesmo exercício financeiro.
  - (D) poder dar-se a qualquer momento, inclusive antes da ocorrência do fato jurídico tributário.
  - (E) viabilidade de retomada do prazo, reiniciando-o por completo para gozo do direito em discussão.

### Princípios Institucionais e Legislação da Defensoria Pública

29. Fazem parte do quadro de pessoal previstos pela Lei Complementar Estadual nº 858/17, dentre outros, os cargos em comissão e comissão especial de
- (A) Diretor de Almoxaritado e Assistente de Patrimônio.
  - (B) Assessor de Comunicação e Agente de Comunicação.
  - (C) Assessor Especial Nível I e Assessor Especial Nível II.
  - (D) Assessor de Controle Interno e Assessor Especial Nível I.
  - (E) Diretor de Gestão de Pessoas e Diretor de Comunicação.
- 
30. Sobre a hipossuficiência financeira e jurídica, a Lei Complementar Estadual nº 55/94, dispõe que
- (A) a constatação de condição económica não ensejará cobrança de honorários, mas a intempção do atendimento, no prazo legal.
  - (B) se estende a estrangeiros, mesmo que em trânsito no Estado.
  - (C) a aferição da hipossuficiência se dá, unicamente, no início da ação a ser proposta.
  - (D) a aferição da hipossuficiência não ocorre na esfera penal.
  - (E) a mera declaração de hipossuficiência económica pelo usuário não basta para comprovação da hipossuficiência.
- 
31. Segundo dispõe a Lei Complementar Estadual nº 105/97, constituem, expressamente, recursos financeiros do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo
- (A) os relativos a honorários advocatícios, em razão da aplicação do princípio de sucumbência, de ações com assistência judiciária patrocinadas por integrantes da Defensoria Pública.
  - (B) as importâncias recebidas de fundações públicas, desde que se trate de entidade internacional de defesa de direitos humanos.
  - (C) as custas judiciais decorrentes de processos ajuizados em face de usuários com direito a assistência jurídica gratuita.
  - (D) as contribuições, subvenções e auxílios do Estado e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações.
  - (E) os resultantes de contratos acordos e outros ajustes celebrados pela Defensoria Pública com instituições desde que privadas, não incidindo nas públicas.

32. Sobre os recursos previstos na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), é correto afirmar que no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de
- (A) 15 dias a contar de disponibilização ao cidadão, recurso esse dirigido à Ouvidoria ou órgão similar.
  - (B) 10 dias a contar da sua publicização, recurso esse dirigido à Controladoria Geral ou órgão similar.
  - (C) 05 dias, a contar da sua ciência, recurso esse dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada.
  - (D) 10 dias a contar da sua ciência, recurso esse dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada.
  - (E) 05 dias a contar da sua publicização, recurso esse dirigido à Controladoria Geral ou órgão similar.
- 
33. Segundo dispõe o Ato Normativo CGOP nº 018/2018, da Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Espírito Santo, com relação ao estágio probatório, é correto afirmar que
- (A) a avaliação na modalidade completa se dá de forma anual e, na modalidade parcial, se dará em periodicidade trimestral, sem prejuízo da remessa de relatórios mensais.
  - (B) a avaliação será realizada por Comissões Temáticas de Estágio probatório, prevalecendo aquela que for coincidente com as atribuições do cargo principal, se cumulado.
  - (C) no caso de o membro estar em exercício em mais de uma Defensoria, deverá ele apresentar relatórios mensais distintos, correspondentes a cada uma delas.
  - (D) os relatórios deverão ser acompanhados de cópias de todos os atos, ofícios, memorandos e comunicações elaborados mensalmente.
  - (E) estabelece que a fiel observância deste ato normativo constitui dever funcional e que eventuais dúvidas quanto ao seu cumprimento devem ser dirimidas pela Corregedoria Geral.
- 
34. Segundo texto expresso da Constituição Estadual do Estado do Espírito Santo, com relação à apresentação da proposta orçamentária da Defensoria Pública do Estado, caso esta esteja em desacordo com os limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo
- (A) complementarará os recursos faltantes, atetando rubrica que guarde analogia com aquela que merece ajuste, desde que devidamente justificado.
  - (B) não poderá proceder a ajustes necessários para adequá-la à lei de diretrizes orçamentárias.
  - (C) procederá aos ajustes necessários para fim de consolidação da proposta orçamentária anual.
  - (D) discutirá a proposta com a Defensoria Pública do Estado, até seu enquadramento frente à lei de diretrizes orçamentárias.
  - (E) suplementará os recursos previstos a maior, caso efetivamente executados no ano orçamentário.
- 
35. Segundo o texto expresso da Constituição Estadual do Estado do Espírito Santo, os membros integrantes da Defensoria Pública serão julgados e processados perante
- (A) o Tribunal de Justiça do Estado, desde que autorizado por maioria simples da Assembleia Legislativa.
  - (B) a Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado, desde que autorizada por maioria simples da Assembleia Legislativa.
  - (C) a Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado.
  - (D) a Corregedoria Geral do Estado.
  - (E) o Tribunal de Justiça do Estado.
- 
36. A Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, para seus efeitos, considera dado anonimizado aquele
- (A) dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, referente à saúde ou à vida sexual, vinculado a uma pessoa natural.
  - (B) utilizado sob meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
  - (C) relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
  - (D) suspenso temporariamente de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados.
  - (E) excluído do conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.

#### Direito Civil

37. Maria, de 30 anos de idade, gostaria de adotar o sobrenome do companheiro em seu assento e pretende realizar essa inclusão administrativamente, pois, ao formalizar a união estável em cartório, optou por não o incluir e, após, arrependeu-se. Ao comparecer perante o Oficial de Registro de Civil foi orientada de que, segundo a Lei de Registros Públicos, tal alteração administrativa seria
- (A) viável, mediante autorização do companheiro e motivação apresentada por escrito.
  - (B) inviável, pois se exige autorização judicial.
  - (C) inviável, pois somente penltida no momento da oficialização da união.
  - (D) viável, a qualquer tempo, durante a constância da união.
  - (E) inviável, pois somente se admite a inclusão de sobrenomes familiares em razão de alteração das relações de filiação.

38. Dezenas de famílias de baixa renda ocuparam área urbana pertencente a empresa pública do Estado do Espírito Santo, fixando sua moradia de forma ininterrupta e sem oposição por mais de 5 anos. Diante do interesse de utilização da área para construção de uma nova sede, a empresa deseja a desocupação da área. Nesta situação, em conformidade com as previsões constitucionais e legais, bem como entendimento consolidado nos Tribunais Superiores, a usucapião como forma de aquisição de propriedade de bens públicos
- (A) é admitida em relação a bens pertencentes a empresas públicas, de modo que é possível o reconhecimento da usucapião especial urbana, ainda que a área ocupada por cada família exceda 250 m<sup>2</sup>, desde que não possuam outros imóveis urbanos ou rurais.
  - (B) é vedada, de modo que não se mostra possível no caso apresentado, ainda que o imóvel pertença a empresa pública ou seja considerado um bem dominical.
  - (C) é admitida nesse caso, pois a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a usucapião de bens dominicais independentemente da presença de outros requisitos além daqueles descritos no enunciado.
  - (D) é admitida em relação a bens dominicais pertencentes a empresas públicas, de modo que é possível o reconhecimento da usucapião especial urbana, desde que a área ocupada por cada família não exceda 250 m<sup>2</sup> e que não possuam outros imóveis urbanos ou rurais.
  - (E) é vedada, mas os bens pertencentes a empresas públicas não se enquadram nessa categoria, de modo que é possível o reconhecimento da usucapião especial urbana, desde que a área ocupada por cada família não exceda 250 m<sup>2</sup> e que não possuam outros imóveis urbanos ou rurais.
- 
39. É exigível a autorização do cônjuge, na constância do regime da comunhão parcial de bens, para a prática de
- (A) alienação de bens imóveis que não integrem a comunhão.
  - (B) doação remuneratória dos bens comuns.
  - (C) alienação de bens móveis de elevado valor.
  - (D) administração dos próprios bens.
  - (E) obtenção de empréstimo para a aquisição das coisas necessárias à economia doméstica.
- 
40. Carlos possui deficiência intelectual e leve recentemente reconhecida sua incapacidade civil relativa por decisão judicial em ação de curatela. Nesta ação, foi reconhecida a ausência de condições para a prática de atos civis negociais por Carlos. Joana, sem saber de tal condição, celebrou negócio jurídico com efeitos patrimoniais com Carlos. Tal negócio jurídico é
- (A) válido, pois a pessoa com deficiência pode continuar praticando negócios jurídicos e exprimindo sua vontade.
  - (B) nulo, de modo que o ato não produz efeitos jurídicos.
  - (C) anulável, com prazo decadencial de 4 anos, a contar do dia em que cessar a incapacidade.
  - (D) nulo, porém produz efeitos jurídicos que devem ser objeto de ação declaratória de nulidade, sem prazo prescricional.
  - (E) anulável, com prazo prescricional de 4 anos, a contar do dia em que cessar a incapacidade.
- 
41. Fábio, segurança terceirizado de um *shopping center*, impediu Flávia, mulher trans, de usar o banheiro em razão do sexo com o qual ela se identifica. O *shopping*, em defesa, alegou que Fábio havia sido devidamente orientado sobre os direitos de gênero e que se tratou de conduta isolada do funcionário terceirizado e contra as ordens diretivas do estabelecimento. Neste caso, a responsabilidade civil do *shopping center* é
- (A) subjetiva, por ter sido realizada contra as ordens e orientações do empregador.
  - (B) objetiva, visto que o funcionário teria cometido o ato no exercício do trabalho que lhe competia ou em razão dele.
  - (C) excluída, por não haver contrato típico de trabalho, tratando-se de contratação terceirizada.
  - (D) subjetiva, mediante comprovação de dolo ou culpa do empregador.
  - (E) excluída, por ter sido realizada contra as ordens e orientações do empregador.
- 
42. Cláudia comparece à unidade de atendimento da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, afirmando que não consegue regularizar junto aos órgãos públicos a situação do imóvel, de valor superior a 30 salários mínimos, no qual reside com sua família, há mais de cinco anos, pois esses não aceitam a documentação que alega comprovar a compra e venda do imóvel. Analisando os documentos, a Defensoria Pública responsável pelo atendimento verifica que Cláudia possui apenas um contrato particular de compromisso de compra e venda do imóvel datado de 2017, com cláusula de irrevocabilidade, mas não houve registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis. Diante desta documentação, Cláudia deve ser informada que
- (A) já houve a transferência da propriedade por meio da tradição, configurada com a obtenção da posse do imóvel para fins residenciais.
  - (B) já houve a transferência do domínio do imóvel por meio do contrato com cláusula de irrevocabilidade, de modo que não há necessidade de adjudicação compulsória ou usucapião para o reconhecimento da propriedade.
  - (C) ainda não houve a transferência do domínio do imóvel, que poderá ser feito somente por meio de usucapião, pois a adjudicação compulsória apresenta como requisito o registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis.
  - (D) ainda não houve a transferência do domínio do imóvel, que poderá ser feito somente por meio de adjudicação compulsória, pois não se verifica o cumprimento de prazo suficiente para pleitear o reconhecimento de nenhuma modalidade de usucapião.
  - (E) ainda não houve a transferência do domínio do imóvel, que poderá ser feito por meio de adjudicação compulsória ou usucapião, se presentes os requisitos para tanto.
- 
43. Uma família comparece à Defensoria Pública pedindo informações quanto à divisão dos bens deixados pela matriarca, recentemente falecida. Informaram que a autora da herança, Paula, era divorciada e teve três filhas, Marina, Helena e Luiza. A filha mais velha, Marina, faleceu antes de sua genitora, e deixou os filhos Gustavo e Larissa. Helena é mãe de Tales, mas lavrou escritura pública renunciando à herança de sua mãe. Por fim, Luiza, mãe de Hugo e Valentina, não manifestou expressamente aceitação à herança, mas já está desfrutando de bens deixados por sua genitora. Com base nos fatos descritos, a herança deverá ser dividida por
- (A) estirpe, à proporção de metade para Luiza, sendo a outra metade dividida entre Gustavo e Larissa, por representação.
  - (B) estirpe, sendo um terço dividido entre Gustavo e Larissa, um terço para Tales, sendo essas duas hipóteses de representação, enquanto o outro terço vai para Luiza, por direito próprio.
  - (C) cabeça, em três partes iguais, sendo cada uma delas destinadas para Luiza, Gustavo e Larissa.
  - (D) cabeça, em cinco partes iguais, sendo cada uma destinada a um dos netos, Gustavo, Larissa, Tales, Hugo e Valentina.
  - (E) estirpe, sendo um terço dividido entre Gustavo e Larissa, um terço para Tales, e um terço dividido entre Hugo e Valentina.

44. De acordo com as disposições legais e interpretação dada pelos Tribunais Superiores, a garantia do bem de família NÃO impede a possibilidade de penhora

- (A) da garagem do imóvel, sendo indiferente o fato de contar ou não com matrícula própria no registro de imóveis.
- (B) integral do imóvel pertencente ao casal se apenas um dos cônjuges responde exclusivamente por dívida de natureza alimentar.
- (C) do imóvel alugado para terceiros se renda for utilizada para custear aluguel de outro imóvel para moradia.
- (D) do imóvel utilizado por uma única pessoa solteira para fins de sua própria moradia.
- (E) do imóvel de fiador em razão de dívida oriunda de contrato de locação residencial ou comercial.

#### Direito Empresarial

45. Considere os seguintes tipos:

- I. sucursal de pessoa jurídica com sede no exterior.
- II. sociedade simples enquadrada como microempresa.
- III. pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade por ações.
- IV. sociedade empresária enquadrada como empresa de pequeno porte.

São pessoas jurídicas que podem se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando atendidos os requisitos legais. APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) IV.
- (E) I e III.

46. Isabela e Cássio são casados em comunhão universal de bens e não pretendem alterar o referido regime. Nessa situação, à luz do Código Civil e da jurisprudência do STJ, eles devem ser orientados que

- (A) é vedada a constituição de sociedade por Isabela ou por Cássio, ainda que apenas um deles seja sócio com terceiro.
- (B) não poderão contratar sociedade entre si, por expressa vedação legal.
- (C) poderão constituir sociedade entre si e com terceiros, sem restrições.
- (D) é permitido que constituam sociedade entre si, desde que haja outros sócios na pessoa jurídica.
- (E) não poderão contratar sociedade empresária entre si, mas poderão, em conjunto, constituir sociedade simples.

47. Na resolução parcial da sociedade limitada,

- (A) o capital social sofrerá a consequente redução, sendo vedado que os demais sócios supram o valor da quota do sócio retirante.
- (B) o direito de retirada do sócio deve ser sempre motivado.
- (C) pode o contrato social permitir o ingresso de sucessor do sócio falecido na empresa, sem liquidação de sua quota.
- (D) o direito de retirada do sócio pode ser exercido administrativa ou judicialmente, independentemente de notificação dos demais sócios.
- (E) por maioria absoluta, os demais sócios podem excluir, imotivadamente, sócio minoritário.

48. De acordo com as normativas legais acerca do nome empresarial,

- (A) a firma da sociedade limitada será composta com o nome de um ou mais sócios, desde que pessoas físicas, de modo indicativo da relação social.
- (B) o nome de sócio que vier a falecer, for excluído ou se retirar pode ser conservado na firma social.
- (C) a sociedade em conta de participação pode operar por firma ou denominação.
- (D) a sociedade anônima deve operar sob firma, integrada pela expressão "companhia".
- (E) é permitida a alienação do nome empresarial, se houver previsão no contrato social.

#### Direito do Consumidor

49. De acordo com entendimento firmado pelo STJ, na hipótese de débito estrito de recuperação de consumo efetivo por fraude no aparelho medidor atribuída ao consumidor, é possível o corte de energia

- (A) administrativo, desde que apurado em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa e mediante prévio aviso ao consumidor.
- (B) somente por processo judicial e desde que a fraude tenha sido previamente apurada em âmbito criminal.
- (C) somente por processo judicial, sem a necessidade de aviso prévio ao consumidor.
- (D) administrativo, sem a necessidade de observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa ou aviso prévio ao consumidor.
- (E) somente por processo judicial, desde que apurado em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa e mediante prévio aviso ao consumidor.

50. A Defensoria Pública do Espírito Santo foi procurada por usuário que relatou danos individuais sofridos em sua residência decorrentes de desastre ambiental provocado por rompimento de barragem de determinada empresa com atividade de produção industrial localizada no Município de Linhares – ES. De acordo com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a ação de reparação de danos
- (A) só poderá ter embasamento do CDC, caso a empresa causadora do dano seja privada, ainda que controlada por pessoa jurídica estrangeira.
  - (B) pode ter como fundamento o CDC, visto que o usuário poderá ser considerado consumidor por equiparação ou *bystander*.
  - (C) não pode ter como fundamento o CDC, visto que o usuário não foi vítima de acidente de consumo.
  - (D) só poderá ter embasamento no CDC, caso o usuário demonstre a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência técnica.
  - (E) não pode ter como fundamento o CDC, visto que a empresa não se enquadra como fornecedora de produtos ou serviços.

51. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, a respeito do superendividamento, considere as assertivas.
- I. São considerados superendividados as pessoas naturais que, de boa ou má-fé, não conseguem pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial.
  - II. As dívidas não podem decorrer da aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.
  - III. Não se enquadram na proteção do superendividamento as operações de crédito.
  - IV. É direito do consumidor a preservação do mínimo existencial, nos termos da regulamentação, na repactuação de dívidas e na concessão de crédito.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) III e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e III.

52. Jonas compareceu à Defensoria Pública de Vila Velha pedindo orientações a respeito de dívida contraída em seu cartão de crédito. Em razão da dívida, o usuário havia sido inscrito em cadastro de inadimplentes. A dívida foi totalmente quitada junto ao credor, de modo que Jonas gostaria de receber orientações de como retirar a anotação negativa junto ao cadastro. De acordo com entendimento sumulado do STJ, o cancelamento da anotação do cadastro caberá ao
- (A) credor, no prazo de cinco dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito.
  - (B) credor, mediante notificação judicial ao cadastro de inadimplentes, a partir do integral e efetivo pagamento do débito.
  - (C) devedor, cuja comprovação de quitação deve ser feita também junto ao cadastro de inadimplentes.
  - (D) credor, no prazo de trinta dias úteis, a partir da apresentação de comprovante de pagamento do débito, ainda que parcial.
  - (E) devedor, no prazo de trinta dias úteis do pagamento, sem a necessidade de apresentação do comprovante de pagamento ao cadastro de inadimplentes.

#### Direito Processual Civil

53. Considere as assertivas abaixo.
- I. Autor intimado por hora certa.
  - II. Réu preso revel, enquanto não for constituído advogado/defensor.
  - III. Réu revel citado por oficial de justiça, enquanto não for constituído advogado/defensor.
  - IV. Autor intimado por edital.
  - V. Incapaz, se não tiver representante legal, enquanto durar a incapacidade.
- São hipóteses previstas no Código de Processo Civil para nomeação de curador especial, APENAS:
- (A) I, II, III e IV.
  - (B) I, IV e V.
  - (C) II e III.
  - (D) I, III e V.
  - (E) II e V.

54. De acordo com recente decisão do Supremo Tribunal Federal na apreciação do tema 1.002 da repercussão geral, assentou-se ser devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando a instituição representar parte vencedora em demanda ajuizada contra
- (A) autarquias, fundações públicas e sociedades de economia mista, sendo vedada a fixação de honorários advocatícios nas demandas ajuizadas contra a Administração Pública direta.
  - (B) qualquer ente público, inclusive aquele que integra, devendo o valor recebido ser destinado exclusivamente ao aparelhamento da Defensoria Pública.
  - (C) entes públicos, exceto aquele que integra, devendo o valor recebido ser destinado exclusivamente ao aparelhamento da Defensoria Pública.
  - (D) qualquer ente público, inclusive aquele que integra, sendo possível que o valor recebido seja rateado entre seus membros.
  - (E) entes públicos, exceto aquele que integra, devendo o valor recebido ser destinado exclusivamente ao rateio entre os membros da instituição.

55. Considere que a petição inicial continha o pedido condenatório ao pagamento do valor de R\$ 20.000,00, sem fazer qualquer pedido expresse quanto à incidência de juros, correção monetária, verbas sucumbenciais e honorários advocatícios. Diante desta situação, levando em consideração as disposições do CPC/2015 e o valor do pedido realizado pelo autor na petição inicial, a sentença
- (A) não poderá ultrapassar o valor nominal constante do pedido do autor na petição inicial, em observância ao princípio da correlação e da adstrição, sob pena de nulidade da sentença, por se tratar de julgamento *citra petita*.
  - (B) não poderá ultrapassar o valor nominal constante do pedido do autor na petição inicial, em observância ao princípio da correlação e da adstrição, sob pena de nulidade da sentença, por se tratar de julgamento *ultra petita*.
  - (C) pode condenar o réu ao pagamento de valor nominal superior ao pedido, pois a incidência de juros, legais e contratuais, correção monetária e verbas sucumbenciais, com exceção de honorários advocatícios, prescinde da realização de pedido expresse.
  - (D) não poderá ultrapassar o valor nominal constante do pedido do autor na petição inicial, em observância ao princípio da correlação e da adstrição, sob pena de nulidade da sentença, por se tratar de julgamento *extra petita*.
  - (E) pode condenar o réu ao pagamento de valor nominal superior ao pedido, pois a incidência de juros legais, correção monetária e verbas sucumbenciais, inclusive honorários advocatícios, prescinde da realização de pedido expresse.
- 
56. Carla ingressou com ação de consignação em pagamento em face de Mário e depositou, em juízo, dois mil reais. O réu apresentou contestação, na qual apontou que o valor total da dívida seria de cinco mil reais e, em razão disso, manifestou discordância em realizar o levantamento parcial da quantia. Ao ser intimada, a autora não efetuou a complementação do depósito e discordou do valor apontado por Mário. De acordo com a tese firmada pelo STJ no tema repetitivo 967, caso o juiz decida que o valor total da dívida é de cinco mil reais, deverá proferir sentença de
- (A) improcedência do pedido da autora, pois o pagamento parcial da dívida não extingue o vínculo obrigacional.
  - (B) procedência total do pedido da autora, tendo em vista que Mário só poderia discutir a insuficiência do depósito por meio de reconvenção.
  - (C) parcial procedência do pedido da requerente, porém a condenando ao pagamento integral das verbas sucumbenciais.
  - (D) extinção do processo sem julgamento do mérito, por ausência de interesse de agir.
  - (E) parcial procedência do pedido da autora, condenando as partes recíproca e proporcionalmente ao pagamento das verbas sucumbenciais.
- 
57. Em ação cível, houve a interposição de recurso especial, o qual foi sobrestado pelo relator do Tribunal de Justiça, sob o fundamento de pendência de julgamento de recurso especial repetitivo sobre o tema no STJ. Intimada, a recorrente demonstrou existir distinção entre a questão a ser decidida no processo e aquela a ser julgada no recurso especial afetado, razão pela qual requereu o prosseguimento processual. No entanto, o relator indeferiu tal pedido. Esta decisão é
- (A) recorrível, por meio de agravo em recurso especial.
  - (B) irrecorrível, de modo que o processo permanecerá suspenso até o julgamento definitivo do recurso repetitivo.
  - (C) recorrível, por meio de agravo interno.
  - (D) recorrível, por meio de agravo de instrumento.
  - (E) passível de impetração de mandado de segurança, porquanto inexistente recurso cabível.
- 
58. De acordo com a lei de locação de imóveis urbanos,
- (A) na ação de despejo que tenha por fundamento a falta de pagamento de aluguéis, conceder-se-á liminar para desocupação em trinta dias, independentemente de caução.
  - (B) a petição inicial da ação renovatória deve ser instruída com prova de que o locatário esteja explorando seu comércio no local pelo prazo mínimo de um ano.
  - (C) na ação revisional, o aluguel fixado na sentença retroage à citação, e as diferenças devidas serão exigíveis a partir do trânsito em julgado da decisão que fixar o novo aluguel.
  - (D) na ação de consignação de aluguel, é vedado ao réu propor reconvenção para pedir o despejo, a cobrança de valores ou a diferença do depósito inicial.
  - (E) via de regra, os recursos interpostos contra as sentenças proferidas nas ações previstas na lei de locação de imóveis urbanos terão efeito devolutivo e suspensivo.
- 
59. Uma empresa prestadora de serviços de provedor de internet ajuizou ação de cobrança contra Roberto, residente na cidade de Vitória-ES. A empresa juntou com a inicial documento que comprova a existência de contrato subscrito por Roberto, com cláusula de eleição de foro na capital do Estado do Rio de Janeiro, razão pela qual a inicial foi distribuída a uma das Varas Cíveis da comarca do Rio de Janeiro-RJ. Neste caso, de acordo com as regras vigentes no CPC/2015, o juiz
- (A) pode reconhecer de ofício a abusividade da cláusula de eleição de foro inserida em contrato por adesão, reconhecer a sua incompetência e determinar a remessa dos autos à comarca de Vitória-ES, inclusive de ofício e a qualquer momento do processo.
  - (B) pode reconhecer de ofício a abusividade da cláusula de eleição de foro inserida em contrato por adesão, mas não poderá reconhecer a sua incompetência sem a devida provocação do demandado, por se tratar de regra de incompetência territorial, que não pode ser conhecida de ofício pelo magistrado.
  - (C) não pode reconhecer de ofício a abusividade da cláusula de eleição de foro inserida em contrato por adesão, por se tratar de matéria que tem natureza jurídica de exceção e, portanto, somente pode ser reconhecida se for alegada expressamente pelo demandado a qualquer momento no processo.
  - (D) pode reconhecer a abusividade da cláusula de eleição de foro inserida em contrato por adesão, reconhecer a sua incompetência e determinar a remessa dos autos à comarca de Vitória-ES, inclusive de ofício, desde que o faça antes da citação do demandado.
  - (E) não pode reconhecer de ofício a abusividade da cláusula de eleição de foro inserida em contrato por adesão, por se tratar de matéria que tem natureza jurídica de exceção e, portanto, somente pode ser reconhecida se for alegada expressamente pelo demandado em sua contestação.

60. Em 2020, com a dissolução do matrimônio, Pedro acordou pagar ao seu filho Vítor pensão alimentícia no valor de meio salário mínimo. O acordo foi devidamente homologado e vem sendo pago regularmente. Em janeiro de 2023, Vítor, devidamente representado por sua genitora e por intermédio da Defensoria Pública, propôs ação revisional de alimentos, pleiteando a majoração para um salário mínimo. O juiz indeferiu o pedido de tutela provisória de urgência e determinou a citação do réu, que ocorreu em 01.02.2023. O demandado contestou o pedido, mas ao final o magistrado de primeiro grau proferiu sentença em que acolheu o pedido do autor integralmente. Pedro foi intimado desta sentença em 01.10.2023 e apresentou o recurso de apelação. Até o presente momento, Pedro segue realizando os pagamentos no valor originalmente acordado – ou seja, metade do salário mínimo. Diante desta situação, Vítor
- (A) somente poderá pedir o cumprimento provisório dos meses que se vencerem após a prolação da sentença, uma vez que a sentença que modifica o valor dos alimentos tem efeitos *ex nunc*, de forma que não retroagirá para alcançar as parcelas vencidas antes de sua prolação.
  - (B) poderá pedir o cumprimento provisório da sentença de todo o período desde o ajuizamento da ação, sob pena de prisão.
  - (C) poderá pedir o cumprimento definitivo da sentença, sob pena de prisão em relação aos valores pagos em valor inferior ao fixado nos últimos três meses que antecedem o ajuizamento do cumprimento de sentença, bem como os demais valores desde a citação do réu sob pena de penhora.
  - (D) poderá pedir o cumprimento provisório da sentença, sob pena de prisão em relação aos valores pagos em valor inferior ao fixado nos últimos três meses que antecedem o ajuizamento do cumprimento de sentença, bem como os demais valores devidos desde a citação do réu sob pena de penhora.
  - (E) não poderá pedir o cumprimento provisório da sentença, uma vez que o recurso de apelação é dotado do efeito suspensivo e, portanto, a eficácia da nova decisão fica suspensa até o julgamento do apelo pelo órgão jurisdicional competente.

61. A Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPE-ES) recebe diariamente pessoas alogando que estão recebendo descontos em suas aposentadorias em decorrência de empréstimos consignados que não foram contratados e dos quais não reconhecem a autenticidade da assinatura. Tal fato resulta na judicialização de inúmeras demandas individuais para a declaração de inexistência do débito contra essa determinada financeira e, em grande parte dessas demandas, a controvérsia precisa ser verificada por meio de prova pericial, sendo que nenhuma das ações está em julgamento na segunda instância (Tribunal de Justiça do Estado do ES – TJES). Diante da natureza de tal controvérsia,
- (A) é cabível a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas ao juízo do primeiro grau provento para as demandas, o a DPE-ES tom logitimado para fazê-lo em seu próprio nome.
  - (B) não se mostra possível a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas, uma vez que se faz necessário que exista efetiva repetição de demandas em andamento na segunda instância da justiça local.
  - (C) não se mostra possível a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas, uma vez que isto se destina à resolução de controvérsias unicamente do direito.
  - (D) é cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas no âmbito do TJES, mas a DPE-ES não tom legitimidade para fazê-lo em seu próprio nome.
  - (E) é cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas no âmbito do TJES, e a DPE-ES tom legitimidade para fazê-lo em seu próprio nome.

62. Dentre os instrumentos de tutela coletiva em que a legislação específica contempla expressamente a legitimidade ativa da Defensoria Pública, encontram-se:
- (A) *habeas corpus* coletivo e mandado de segurança coletivo.
  - (B) mandado de injunção coletivo e ação civil pública.
  - (C) ação civil pública e mandado de segurança coletivo.
  - (D) ação de improbidade e *habeas data* coletivo.
  - (E) mandado de injunção coletivo e ação popular.

#### Direitos Difusos e Coletivos

63. O princípio da precaução,
- (A) voltado a prevenir decisões judiciais contraditórias em conflitos consumeristas, fundamenta, segundo dispõe o Código de Defesa do Consumidor, a suspensão dos processos individuais até o julgamento da ação coletiva.
  - (B) conforme disciplinado no microsistema de tutela coletiva, autoriza o uso de mecanismos especiais para ampliação de eficácia da tutela jurisdicional sempre que houver risco certo de lesão a direitos fundamentais.
  - (C) ao orientar a valoração da prova, enseja, tal como já decidiu o STF, a aplicação do benefício da dúvida em favor do interesse coletivo.
  - (D) aplicável no âmbito do direito ambiental, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, pressupõe a inversão do ônus probatório.
  - (E) conforme consenso doutrinário, é um dos princípios gerais do processo coletivo e opera para flexibilizar os requisitos de concessão da tutela de urgência.

64. A Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S) dos núcleos urbanos informais que ocupam Áreas de Preservação Permanente dependerá, nos termos da lei vigente, da aprovação de projeto com estudo técnico que contenha, no mínimo, entre outros elementos,
- (A) caracterização da instância coletiva de representação oficial, juridicamente legalizada, dos interesses coletivos dos moradores do núcleo urbano.
  - (B) prazo para desocupação das áreas não passíveis de regularização, com indicação das alternativas de moradia digna para a população removida.
  - (C) comprovação da melhoria da habitabilidade dos moradores propiciada pela regularização proposta.
  - (D) indicação das faixas ou áreas em que devem ser resguardadas as características típicas da Área de Preservação Permanente.
  - (E) identificação dos recursos ambientais, dos passivos e fragilidades ambientais e das restrições e potencialidades da área.
- 
65. Segundo disposição expressa da Constituição Federal, constitui requisito ou constituem requisitos para aquisição de propriedade por meio da usucapião rural, entre outros,
- (A) não resultar a posse da prática de grilagem nem implicar a ocupação produtiva em desmatamento irregular.
  - (B) possuir a área de forma ininterrupta, sem oposição e como sua, pelo prazo de mínimo de 10 anos.
  - (C) ser a área localizada fora do perímetro urbano com extensão não superior a 20 hectares.
  - (D) tornar a terra produtiva pelo trabalho do adquirente ou de terceiros sob seu comando, morando ou não nela.
  - (E) não ser o adquirente proprietário de outro imóvel localizado em zona rural ou urbana.
- 
66. Em relação aos resíduos perigosos, a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos,
- (A) obriga a elaboração, pelos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que gerem resíduos perigosos, de plano de gerenciamento de resíduos sólidos.
  - (B) obriga as pessoas físicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, a se cadastrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.
  - (C) proíbe a importação de resíduos sólidos perigosos ou que causem danos ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, exceto para fins de tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação.
  - (D) define como perigosos os resíduos que, potencialmente danosos à saúde ou ao meio ambiente, não são passíveis de reutilização, reciclagem ou destinação final segura livre de impactos ambientais adversos.
  - (E) tem sua destinação final restrita a unidades de processamento licenciadas especializadas (UPLE), sendo expressamente proibido seu descarte em aterros sanitários de qualquer tipo ou característica.
- 
67. Sobre a chamada recuperação fluida (*fluid recovery*), prevalece atualmente no Superior Tribunal de Justiça o entendimento no sentido de que
- (A) traduz a ideia de que o dano coletivo nunca será integralmente reparado, de modo que o escopo das ações coletivas deve ser, prioritariamente, a cessação do dano atual mais do que a reparação do dano pretérito.
  - (B) sustenta o cabimento de ação civil pública para tutela de direitos difusos em sentido estrito ainda que o dano individual e o conjunto de afetados não seja estimável *a priori*.
  - (C) se aplica a situações em que há comprovação do dano coletivo, mas dúvidas sobre seu causador, permitindo a responsabilização de todos os integrantes da cadeia causal.
  - (D) assumirá um caráter residual se for viável definir a quantidade de beneficiários da sentença coletiva, bem como o montante exato do prejuízo sofrido individualmente por cada um deles.
  - (E) consiste na iniciativa de cada lesado em promover a execução individual de sentença coletiva transitada em julgado que o beneficia perante o juízo competente de seu domicílio.
- 
68. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o dano moral coletivo vem adequadamente traduzido na afirmação de que
- (A) independentemente de sua natureza difusa, coletiva ou individual homogênea, tem caráter eminentemente reparatório, destinando-se a indenização às vítimas da lesão e, subsidiariamente, ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.
  - (B) sua caracterização, tal como no caso de dano moral individual, depende da demonstração de malferimento a atributos da pessoa humana que produza dor, repulsa e indignação coletiva.
  - (C) não se origina de violação de interesses coletivos em sentido estrito, que são apenas acidentalmente coletivos, estando intimamente relacionado aos direitos difusos e aos individuais homogêneos.
  - (D) para ser indenizável depende de que o violador, de forma injustificável e reiterada, produza lesão grave e permanente a valores fundamentais de um grupo social juridicamente protegido.
  - (E) não está relacionado a atributos da pessoa humana e se configura *in re ipsa*, dispensando a demonstração de prejuízos concretos ou de efetivo abalo moral.

## Direito da Criança e do Adolescente

69. Segundo dispõe expressamente a Lei Orgânica da Assistência Social, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)
- (A) compreende, no âmbito do SUAS, transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho.
  - (B) tem como objetivo contribuir para a retirada de crianças e adolescentes do trabalho perigoso, penoso, degradante ou insalubre, incluindo trabalho desportivo e artístico e excluindo trabalho com atividades ilegais.
  - (C) é linha de ação do Serviço de Proteção Especial e Integral à Família (Peif) e compreende transferência de renda às famílias condicionada à comprovação de matrícula e frequência escolar dos filhos em situação de trabalho.
  - (D) opera, entre outros meios, com a retirada de criança/adolescentes dos locais de exercício do trabalho, com a ampliação de vagas em regime de aprendizagem e com a repressão ao uso abusivo da mão de obra infantil em atividades domésticas.
  - (E) deve ser operacionalizado em nível estadual pelas Diretorias Regionais de Assistência Social, observando-se as diretrizes do Plano Decenal de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador.
- 
70. A Lei nº 13.185/2015, ao instituir o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), prevê, expressamente,
- (A) a comunicação semestral obrigatória, pelas escolas, aos respectivos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, das medidas adotadas para conscientização, prevenção, diagnóstico e combate ao *Bullying*.
  - (B) como objetivo, evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil.
  - (C) os espectadores passivos, ativos e neutros do *Bullying* como figuras centrais na eclosão e sustentação das práticas intimidatórias e, portanto, alvos necessários das ações de enfrentamento ao problema.
  - (D) uma definição de *Bullying*, para o que lhe interessa, restrita a ações intimidatórias grupais ocorridas no espaço escolar e causadora de dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.
  - (E) a possibilidade de responsabilização dos pais sempre que constatado, por parte deles, tolerância, instigação ou convivência com a prática, pelos filhos, de *Bullying* racial, étnico, ou relacionado à origem nacional da vítima.
- 
71. Líder comunitária procura a Defensoria Pública informando que Raul, criança de 10 anos, cadeirante, está há 6 meses sem estudar porque o Poder Público não lhe oferece vaga em uma escola com acessibilidade. Conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e/ou entende, de forma consolidada, a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça,
- (A) é assegurado a Raul, na ausência de prédio acessível a cadeirante, atendimento educacional em regime domiciliar.
  - (B) poderá o Poder Público ser obrigado, por determinação judicial, a oferecer a vaga imediatamente, sob pena de multa a ser revertida em favor de Raul.
  - (C) poderá o Conselho Tutelar efetivar a matrícula da criança no estabelecimento público de ensino mais próximo que dispuser de acessibilidade.
  - (D) a líder comunitária tem legitimidade para acionar o Poder Público para a disponibilização de vaga para Raul.
  - (E) responderá a autoridade competente, se agiu com dolo ou culpa, pelo crime de impedir ou embaraçar o acesso de criança e adolescente ao ensino obrigatório.
- 
72. Leo cumpre medida socioeducativa de internação. Durante atividade externa autorizada apenas pela equipe técnica da entidade, empreende fuga. Ao ser informado do acontecido, o juiz determina a busca e apreensão de Leo que, um mês depois, é apreendido pela polícia em sua casa. Conforme dispõe a legislação federal vigente,
- (A) poderá o juiz, caso haja previsão em regimento interno, aplicar sanção disciplinar a Pedro por ter fugido, vedada a imposição de isolamento.
  - (B) é facultado ao juiz, diante da fuga, observado o devido processo legal, determinar o reinício do cumprimento da medida de internação.
  - (C) Leo, quando recapturado em sua casa, deverá ser desde logo encaminhado à autoridade judiciária.
  - (D) a liberação de Leo para atividade externa foi irregular, se o Plano Individual de Atendimento onde foi prevista aguardava ainda homologação judicial.
  - (E) a busca e apreensão de Pedro deveria ter sido cumprida por oficial de justiça com apoio, apenas se solicitado, de força policial.
- 
73. A Lei nº 14.344/2022, conhecida como Lei Henry Borel, previu, expressamente, como atribuição do Conselho Tutelar,
- (A) realizar visita domiciliar e estudo social de familiares extensos que se apresentarem como alternativa segura de proteção da criança e do adolescente vítima de violência doméstica.
  - (B) afastar imediatamente o agressor do lar se o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
  - (C) representar perante o juiz competente pela prisão preventiva do agressor sempre que seu afastamento do lar não se mostrar suficiente para garantir a segurança da vítima ou prevenir sua revitimização.
  - (D) ouvir crianças e adolescentes, em depoimento especial, sobre a situação de violência notificada, participando os fatos à autoridade policial sempre que a situação for confirmada.
  - (E) representar ao Ministério Público para requerer a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente.

74. De acordo com disposições legais expressas que regem a aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes, é correto afirmar que
- (A) um jovem de 19 anos em cumprimento de medida socioeducativa de internação terá a medida extinta se for condenado, mesmo sem trânsito em julgado, à pena privativa de liberdade em regime semiaberto.
  - (B) a medida de internação provisória, ainda que tenha duração máxima de 45 dias, pode ser prorrogada por decisão fundamentada da autoridade judiciária.
  - (C) verificada a prática de ato infracional grave por adolescente em situação de rua, poderá o juiz aplicar medida de liberdade assistida cumulada com medida protetiva de inclusão em acolhimento familiar.
  - (D) a medida socioeducativa de advertência pode ser aplicada, conforme as circunstâncias do caso concreto, mesmo diante de atos infracionais graves, desde que demonstradas autoria e materialidade da infração.
  - (E) a recusa da vítima em aceitar a reparação do dano sofrido em decorrência do ato infracional é motivo legal para a substituição da obrigação de reparar o dano por outra medida socioeducativa em meio aberto.

75. Está de acordo com disposição expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente,
- (A) Joe, com 2 anos, ser adotado, com consentimento da mãe, pela vizinha, não parente e não habilitada à adoção.
  - (B) Ana, 11 anos, ingressar e permanecer sozinha no cinema para assistir a um filme.
  - (C) Teo, com 13 anos, trabalhar na condição de adolescente aprendiz, desde que assegurados direitos previdenciários.
  - (D) Lis, com 6 anos, viajar com o tio, do Espírito Santo para o Paraná, independentemente de autorização escrita do juiz ou de responsável legal.
  - (E) Isa, com 17 anos, adotar uma criança conjuntamente ao cônjuge de 20 anos.

76. A proteção de crianças e adolescentes deve considerar as perspectivas de gênero, raça e etnia, entre outras. Nessa linha, já se tem normalizado, expressamente,
- (A) na Lei do Sinase (Lei nº 12.594/2012), a previsão, nos Programas de Atendimento, de medidas para prevenção da violência institucional relacionada a orientação sexual ou identidade de gênero.
  - (B) na Lei do Sinase (Lei nº 12.594/2012), a obrigatoriedade de as entidades de internação disporem de enfermagem para atendimento de adolescentes grávidas.
  - (C) na LDB (Lei nº 9.394/1996), a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.
  - (D) no ECA (Lei nº 8.069/1990), a obrigatoriedade da participação do órgão indigenista nos procedimentos de proteção e infracionais envolvendo crianças ou adolescentes indígenas.
  - (E) na LDB (Lei nº 9.394/1996), reconhecimento da educação indígena como modalidade de ensino a ser oferecida em todos os níveis e etapas.

### Direito Penal

77. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, nos casos de crime de violência doméstica e familiar contra a mulher
- (A) admite-se a pena de advertência para o crime de descumprimento da decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência, apesar de ausência de expressa previsão legal.
  - (B) obsta-se a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos na hipótese de prática do crime com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico.
  - (C) impõe-se a imediata cessação das medidas protetivas de urgência na hipótese de extinção da punibilidade do autor, sob pena de eternização da restrição de direitos individuais.
  - (D) obsta-se a aplicação do princípio da insignificância, porém admite-se esse princípio nos casos de contravenção penal praticada contra a mulher no ambiente doméstico.
  - (E) admite-se a imposição de pena de multa isoladamente, desde que prevista de forma autônoma no preceito secundário do tipo penal imputado.

78. Gabriel solicitou à sua companheira Thais que lhe entregasse drogas no interior da Penitenciária Estadual de Vila Velha V, no Espírito Santo, onde se encontra preso. Durante o procedimento de revista de visitantes no estabelecimento prisional, foram localizadas diversas porções de droga com Thais. De acordo com os fatos narrados e com o entendimento recente predominante no Superior Tribunal de Justiça, a conduta de Gabriel configura
- (A) conduta atípica, pois se trata de ato preparatório impunível.
  - (B) crime de tráfico de drogas, pois se trata de crime de perigo abstrato.
  - (C) crime de tráfico de drogas, pois se trata de crime unissubsistente.
  - (D) crime de tráfico de drogas, pois se trata de crime formal.
  - (E) conduta atípica, pois se trata de crime impossível.

79. De acordo com a teoria da Tipicidade Conglobante, defendida por Eugenio Raúl Zaffaroni,
- (A) o princípio da adequação social permite a exclusão da tipicidade objetiva quando a conduta praticada estiver autorizada pela ordem jurídica como um todo, considerando-se os usos e costumes.
  - (B) o princípio da insignificância permite a exclusão da tipicidade subjetiva da conduta quando a ofensa ao bem jurídico tutelado pela norma penal for tão ínfima que não justifique a intervenção penal.
  - (C) a legítima defesa constitui um tipo penal permissivo, razão pela qual a conduta daquele que atua em legítima defesa real carece de tipicidade subjetiva, não sendo necessário perquirir sobre a antijuridicidade.
  - (D) a conduta do oficial de justiça que, em cumprimento de ordem judicial, comparece à residência do devedor e sequestra seus bens é considerada penalmente atípica por não contrariar a ordem normativa como um todo.
  - (E) a tipicidade e a antijuridicidade constituem uma categoria única do conceito estratificado de delito, razão pela qual as causas de justificação são situações que excluem a própria tipicidade objetiva.
- 
80. De acordo com a Lei dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990), o crime de roubo será considerado hediondo se houver
- (A) emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
  - (B) concurso de duas ou mais pessoas.
  - (C) subtração de substâncias explosivas.
  - (D) restrição de liberdade da vítima.
  - (E) emprego de arma de fogo de uso proibido, excluídos os casos de uso restrito.
- 
81. Configura crime de abuso de autoridade:
- (A) constranger o preso, ainda que sem violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a submeter-se a situação vexatória.
  - (B) deixar de entregar ao preso, em prazo razoável, a nota de culpa, assinada pela autoridade competente.
  - (C) impedir o preso de sentar-se ao lado de seu defensor e com ele comunicar-se no curso do seu interrogatório.
  - (D) impedir, por qualquer motivo, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado.
  - (E) manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento.
- 
82. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que
- (A) a confissão espontânea atenua a pena, ainda que não tenha sido utilizada pelo juiz para fundamentar a condenação.
  - (B) a confissão espontânea, desde que feita de forma integral e circunstanciada, constitui circunstância atenuante de pena.
  - (C) a agravante prevista no art. 61, inciso II, alínea j, do CP, possui natureza objetiva, aplicando-se aos delitos praticados durante o estado de calamidade pública decretado em razão da pandemia, independentemente da comprovação de causalidade.
  - (D) o fato de ter o agente cometido o crime com violência contra a mulher constitui circunstância agravante prevista no art. 61, inciso II, alínea f, do CP, a qual é aplicável ao delito de feminicídio.
  - (E) a reincidência constitui circunstância agravante preponderante, a qual pode ser compensada com a atenuante da confissão espontânea, desde que não se trate de reincidência específica.
- 
83. Em 05 de janeiro de 2023, João Pedro foi denunciado pela suposta prática do delito de furto (art. 155, *caput*, CP). Em 08 de setembro de 2023 foi proferida sentença condenando João Pedro nos termos da denúncia. O juiz exasperou a pena-base do réu, sob o argumento de que ele ostentaria maus antecedentes, pois fora condenado definitivamente no curso deste processo por outro delito de furto (art. 155, *caput*, CP) praticado em 14 de abril de 2023. Não houve o reconhecimento de agravantes ou atenuantes, nem de causas de aumento ou de diminuição de pena. Essa sentença está
- (A) correta, pois embora a condenação mencionada não possa configurar reincidência específica, caracteriza maus antecedentes.
  - (B) errada, pois a condenação mencionada é inapta para configurar maus antecedentes, assim como é incapaz de caracterizar reincidência específica.
  - (C) correta, pois embora a condenação mencionada configure reincidência específica, o juiz pode utilizar tal circunstância em qualquer fase de dosimetria da pena.
  - (D) errada, pois a condenação mencionada configura, a um só tempo, maus antecedentes e reincidência específica.
  - (E) correta, pois embora a condenação mencionada não possa configurar maus antecedentes, caracteriza conduta social desajustada.

84. Fernando, com 20 anos de idade à época do fato, foi preso em flagrante em 10 de abril de 2011 pela prática do delito de receptação simples (art. 180, *caput*, do CP), tendo sido solto por se tratar de indiciado primário acusado de delito cuja pena é de 1 a 4 anos. Recebida a denúncia em 10 de agosto de 2013, foi determinada a citação do réu. Ante a sua não localização, o juiz determinou a citação por edital. Não tendo Fernando comparecido e nem constituído defensor, foi determinada a suspensão do feito em 15 de julho de 2014, nos termos do art. 366 do CPP. Em 15 de abril de 2021, Fernando foi preso por outro processo e foi citado do presente feito, que voltou a correr. Realizada a audiência de instrução, foi publicada sentença em 15 de agosto de 2021, condenando Fernando à pena de um ano de reclusão, no regime aberto. A sentença transitou em julgado para a acusação em 15 de setembro de 2021, tendo a Defesa apelado. Foi negado provimento ao recurso de defesa e a sentença transitou em julgado para ambas as partes em 15 de maio de 2023. Realizada audiência de ingresso no regime aberto em 17 de agosto de 2023, seria possível alegar prescrição da pretensão

- (A) executória com base na pena aplicada em concreto, ocorrida entre a data da publicação da sentença condenatória até a data da audiência em regime aberto.
- (B) punitiva intercorrente com base na pena aplicada em concreto, ocorrida entre a data da publicação da sentença condenatória e a data da audiência de ingresso em regime aberto.
- (C) punitiva com base na pena máxima cominada em abstrato ao delito, ocorrida no período compreendido entre a data da infração penal e a data da citação pessoal do réu.
- (D) punitiva retroativa com base na pena em concreto, ocorrida no período compreendido entre a retomada do cômputo do prazo prescricional e a sentença condenatória.
- (E) executória com base na pena em concreto, ocorrida entre a data da retomada do curso do processo e o trânsito em julgado para ambas as partes.

---

### Direito Processual Penal

85. Conforme a legislação em vigor e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sobre a suspensão condicional do processo:
- (A) O benefício não é cabível para os crimes dolosos contra a vida, pois tais delitos detêm rito próprio com assento constitucional.
  - (B) Aceita a proposta de suspensão condicional do processo não resta prejudicada a análise de *habeas corpus* em que se busca o trancamento da ação penal.
  - (C) Necessita de prévia confissão formal e circunstanciada do beneficiário perante o Ministério Público e confirmada pelo juiz.
  - (D) Não estabelece a prestação de serviços comunitários ou a prestação pecuniária como uma das condições, mesmo se fixada pelo magistrado e adequadas ao caso concreto.
  - (E) Impede idêntico benefício em 5 anos após seu devido cumprimento, com a extinção da punibilidade, mas pode ser usado para desabonar a conduta social na aplicação da pena de futura condenação.

---

86. Considere os casos a seguir:

1. Paulo praticou o crime de furto qualificado mediante fraude contra seu irmão unilateral Pedro.
2. Carlos residia com seus pais há pouco mais de um mês quando praticou o delito de apropriação indébita, cuja ofendida é sua genitora, que contava com 60 anos na data dos fatos.
3. Diana, que contava com 61 anos quando dos fatos, residente na cidade de Vila Velha/ES, foi vítima do crime de estelionato simples praticado por seu irmão, Antônio, que reside em Vitória/ES.
4. Renato praticou a infração penal de incêndio culposo na habitação de seu filho Rafael.

Analisando as hipóteses acima, em relação a eventual ação penal e sua necessidade, é correto afirmar que:

- (A) A ação penal no caso de Renato será pública incondicionada, ao passo que a ação penal em desfavor de Antônio será condicionada à representação.
- (B) A ação penal contra Paulo será pública condicionada à representação, mesma hipótese para o caso de Renato.
- (C) A ação penal contra Antônio será pública incondicionada, ao passo que a ação penal em desfavor de Carlos será pública condicionada à representação.
- (D) Renato sequer deve ser processado, pois incide hipótese de isenção de pena, ao passo que a ação penal contra Carlos será pública incondicionada.
- (E) A ação penal em desfavor de Carlos será pública incondicionada, mesma hipótese para o caso de Paulo.

---

87. Sobre a formulação dos quesitos no julgamento dos crimes dolosos contra a vida, é correto afirmar:

- (A) A majorante do crime continuado e a minorante da participação de menor importância são objetos de apreciação pelo juiz presidente do Tribunal do Júri, já que versam sobre a aplicação da pena.
- (B) Por se tratar de objeto de perícia própria, a semi-imputabilidade é apreciada exclusivamente pelo juiz presidente do Tribunal do Júri.
- (C) A tese do estado de necessidade próprio precede ao quesito “se o jurado absolve o acusado?” por ser mais benéfica ao réu.
- (D) Prescinde de quesito específico a hipótese de a defesa alegar tese de tentativa inidônea em favor do acusado.
- (E) Se os jurados entenderem ser o caso de condenação será formulado quesito sobre circunstância atenuante da pena alegada pela defesa.

88. Carlos foi preso em flagrante por ter praticado furto qualificado, mas solto em audiência de custódia. Após regular instrução foi condenado em primeira instância à pena de 02 anos e 04 meses de reclusão, em regime fechado, com direito de apelo em liberdade. Apelação interposta pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo e pelo Ministério Público. A ementa do acórdão, então, restou assim:

*"Negado provimento ao apelo ministerial, por maioria de votos. Pena base fixada no mínimo legal corretamente, não sendo suficiente para aumentá-la o simples fato de ser o furto praticado em residência. Negado provimento ao apelo defensivo, por unanimidade. Regime inicial lechado bem fixado, diante da reincidência do réu por delito de tráfico de drogas, impossível a conversão para penas restritivas de direito, pelo mesmo motivo. Com o trânsito em julgado expeça-se mandado de prisão": [...]*

No caso apresentado, enquanto Defensor(a) Público(a) inconformado(a) com a pena fixada no acórdão, e não sendo o caso de Embargos de Declaração, o recurso cabível será:

- (A) Recurso em Sentido Estrito.
- (B) *Habeas corpus*.
- (C) Recurso Especial e/ou Recurso Extraordinário.
- (D) Agravo de Instrumento.
- (E) Embargos Infringentes.

89. Sobre procedimentos no processo penal:

- (A) Os processos criminais que apurem a prática de crime de homicídio, seja na figura simples ou qualificado, gozarão de prioridade de tramitação em todas as instâncias.
- (B) Na hipótese de infração penal de menor potencial ofensivo em delito funcional praticado por funcionário público, o rito aplicável é o previsto nos artigos 513 a 518, do Código de Processo Penal.
- (C) Não viola o devido processo legal a ausência imotivada do membro do Ministério Público na audiência de instrução para a oitiva de testemunhas comuns, salvo se demonstrado o efetivo prejuízo ao réu.
- (D) A retirada do réu da sala de audiência virtual a pedido da testemunha, que alega temor em ter seu depoimento acompanhado pelo acusado, é causa de nulidade absoluta, vez que inexistente contato físico entre eles.
- (E) No rito ordinário poderão ser arroladas até oito testemunhas pela acusação e igual número pela defesa, computadas os informantes e as de mero antecedentes criminais.

90. *Os atores do sistema penal – policiais, membros do Ministério Público e juizes – se concentram em uma ideia ou premissa pré-existente específica e, por meio dela, as provas do caso são analisadas e integradas, obtendo-se sempre conclusões consistentes com a hipótese inicial. Assim, as provas consistentes com a ideia inicial são superestimadas em seu valor e relevância, e, pelo contrário, aquelas que são inconsistentes ou que vão contra a hipótese inicial são rapidamente rejeitadas ou consideradas pouco confiáveis. Dessa forma, o fenômeno acaba impactando profundamente as decisões dos diversos atores do sistema criminal.*

(AMBROZIO, Gabriella; MARTINS, Cristiano Zanin. In: <https://www.conjur.com.br>)

O referido fenômeno citado no texto denomina-se

- (A) cegueira deliberada.
- (B) psicologia do testemunho.
- (C) pescaria probatória.
- (D) perda de uma chance probatória.
- (E) visão de túnel.

91. Rodrigo foi denunciado como incurso no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, pois, em 09 de setembro de 2022, na rua A, próxima ao Templo Evangélico B, trazia consigo, para venda, 400 g de entorpecente conhecido por maconha, segundo consta no laudo de constatação provisório. Devidamente realizada a instrução criminal, inclusive com confissão do réu e robusta prova da proximidade do Templo em questão, o Ministério Público do Espírito Santo requereu a condenação de Rodrigo, nos exatos termos da denúncia, mas agora como incurso no artigo 33 c.c. 40, III da Lei nº 11.343/2003, devido à proximidade de local de lotação. Após memoriais defensivos, foram os autos conclusos para sentença. Tendo em vista o narrado, e especificamente em relação ao fato ter sido praticado nas proximidades de Templo Evangélico, deve o juiz

- (A) afastar a causa de aumento eis que tal fato não está inserido no rol das majorantes legalmente previstas.
- (B) enviar os autos ao Ministério Público para que proceda o aditamento da denúncia, eis tratar-se de causa de aumento de pena não reconhecível de ofício.
- (C) enviar os autos ao Ministério Público para que proceda o aditamento da denúncia, eis tratar-se de agravante de pena não reconhecível de ofício.
- (D) manter a referida agravante de pena, pois já estava descrita na denúncia, tratando-se, portanto, de *emendatio libelli*.
- (E) afastar a causa de aumento, por tratar-se de *mutatio libelli* não realizada no momento correto.

92. Roberta, desconfiada do comportamento retraído de sua filha Maria, de 11 anos de idade, contratou Edison, detetive particular, para que gravasse as conversas telefônicas residenciais de Maria. Assim feito, foi possível constatar que Jaime, um conhecido da família, teria praticado conjunção carnal com sua filha, inclusive insistido que Maria fosse novamente à sua casa. Nesse cenário, segundo o Superior Tribunal de Justiça, tal gravação é prova
- (A) lícita, pois ao ligar para a residência da vítima, o réu teria anuído com a gravação telefônica, sendo semelhante à autorização de um dos interlocutores.
  - (B) ilícita, por ser considerada gravação ambiental sem autorização judicial e sem o consentimento de ao menos um dos interlocutores da conversa.
  - (C) ilícita, por ser considerada interceptação telefônica sem autorização judicial e sem o consentimento de ao menos um dos interlocutores da conversa.
  - (D) ilícita, por ser considerada escuta ambiental sem autorização judicial e sem o consentimento de ao menos um dos interlocutores da conversa.
  - (E) lícita, pois sendo crime sexual e a vítima incapaz, a atuação de sua responsável legal seria fato assemelhado à autorização por um dos interlocutores.

---

### Direito da Execução Penal

93. José é primário e cumpre pena total de 08 anos de reclusão em regime inicial fechado pela prática de crime de estupro de vulnerável, previsto no art. 217-A, do Código Penal, em razão de fato praticado em 07.05.2018. Após diversos exames criminológicos negativos anteriores, o sentenciado, enfim, obteve parecer técnico favorável e conseguiu a progressão para o regime semiaberto apenas em 10/09/2023, quando já tinha lapso também para o livramento condicional. Embora a Defensoria Pública tenha requerido o livramento condicional, o juiz da Vara de Execução Criminal negou o referido direito, deferindo apenas a progressão ao regime semiaberto. Considerando a situação fática descrita,
- (A) a decisão de indeferimento do livramento condicional está correta e possui amparo legal, uma vez que o Código Penal veda a progressão por saltos, especialmente no caso de crimes hediondos e equiparados, devendo o sentenciado passar primeiro pelo regime intermediário.
  - (B) a decisão é incorreta, pois a concessão de livramento condicional independe do regime de cumprimento de pena em que se encontra o sentenciado.
  - (C) a decisão do juiz está incorreta, pois em caso idêntico o Brasil sofreu simbólica condenação da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
  - (D) caso o sentenciado registrasse condenação pela prática de falta disciplinar grave em agosto de 2022, a decisão judicial de indeferimento do LC encontraria respaldo no art. 83, inc. III, alínea "b", do Código Penal.
  - (E) a decisão judicial está correta, uma vez que se trata de condenado por crime grave e com longa pena a cumprir, sendo, por esse motivo, justificável a cautela do magistrado.
- 
94. Paulo cumpria pena de prestação de serviços à comunidade em razão de uma condenação pela prática do crime de furto simples. No entanto, no curso da execução da pena restritiva de direitos, sobreveio nova condenação definitiva pela prática do crime de roubo qualificado em regime inicial fechado. Considerando a imposição de penas de natureza distinta aplicadas ao mesmo apenado e verificadas no curso da execução penal, é correto afirmar:
- (A) Seguindo entendimento majoritário do STJ, a pena de prestação de serviços à comunidade não poderá ser convertida em privativa de liberdade mesmo com a superveniência de nova condenação pelo crime de roubo em regime inicial fechado, em respeito à coisa julgada material, exceto se Paulo tivesse descumprido a pena alternativa anterior.
  - (B) O STJ firmou entendimento no sentido de que a superveniência de nova condenação por pena privativa de liberdade em regime fechado no curso da execução de pena restritiva de direitos, não acarretará a unificação das penas, devendo, portanto, a pena de prestação de serviços à comunidade ser suspensa para cumprimento posterior.
  - (C) Na hipótese descrita, Paulo primeiro irá terminar de cumprir a pena de prestação de serviços à comunidade para depois iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado.
  - (D) Conforme entendimento do STJ, o juiz deverá unificar as penas de Paulo, porém, sem converter a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.
  - (E) De acordo com a jurisprudência do STJ, a superveniência de nova condenação por pena privativa de liberdade em regime inicial fechado no curso da execução de pena restritiva de direitos, acarretará a unificação das penas, com a reconversão da pena alternativa em privativa de liberdade.

- 
95. É dever da pessoa condenada:

- (A) asseio da cela.
- (B) constituição de pecúlio.
- (C) chamamento nominal.
- (D) Previdência Social.
- (E) visita íntima.

96. Segundo as Regras de Bangkok:

- (A) É prevista uma série de direitos e garantias às mulheres durante o período no cárcere, porém é omissa em relação às egressas, gerando críticas da comunidade internacional.
- (B) É prevista a hipótese de crianças permanecerem no cárcere com suas mães, que deverão arcar com os custos de sua prole naquele ambiente.
- (C) No ingresso da mulher no sistema prisional é autorizado exame sobre dependência em relação ao companheiro e sobre sua qualidade como mãe.
- (D) O escâner corporal é uma alternativa prevista como forma de substituição aos métodos de revistas íntimas e corporais invasivas.
- (E) As visitas íntimas foram objeto de regramento expresso para mulheres, embora sem a mesma extensão dos homens.

---

### Criminologia

97. A Escola de Chicago

- (A) reproduziu propostas conservadoras de maior repressão penal como solução aos problemas da criminalidade por pertencer à linha do consenso na criminologia.
- (B) desenvolveu o relato autobiográfico ou "história de vida" como forma de compreensão da questão criminal.
- (C) inovou nas ideias sobre a criminalidade juvenil, mesmo com a manutenção dos métodos tradicionais de pesquisa então vigentes.
- (D) simbolizou nas zonas de transição as explicações para a criminalidade urbana e rural, até então enigmas em uma sociedade em transformação.
- (E) foi a precursora na análise da criminalidade do meio ambiente com a concepção de ecologia humana.

98. A criminologia verde:

- (A) Conecta-se com a criminologia crítica contemporânea em face da crítica ao capitalismo que subjaz sua construção, especialmente nas desigualdades da relação entre norte global e sul global e a questão do ecocídio.
- (B) É uma vertente da criminologia positivista em razão da utilização de referenciais biológicos em suas construções teóricas.
- (C) Possui natureza intrinsecamente punitivista ao orientar a política criminal para a punição dos crimes ambientais como forma de resolução de questões climáticas.
- (D) Ao adotar uma concepção antropocêntrica, inclui em seu objeto os biomas, mas ignora a questão dos maus tratos contra animais.
- (E) É ainda incipiente por seu potencial de vitimização ser notadamente menor do que dos tradicionais crimes de rua violentos.

99. Edwin Sutherland

- (A) inovou no pensamento criminológico ao destacar a influência das heranças de tendências ao crime igualmente no campo dos crimes de colarinho branco, ainda no campo das teorias do consenso.
- (B) construiu a teoria da associação diferencial em oposição à Escola de Chicago, cujas influências não só eram inexistentes em seu pensamento como buscava combater seu legado.
- (C) ampliou a ideia de disfunção e inadaptação das pessoas menos favorecidas para as classes dominantes no seio dos crimes praticados pelo Estado.
- (D) defendeu que o processo de aprendizagem do comportamento criminoso por meio da associação com pautas criminais e anticriminais compreende os mesmos mecanismos abrangidos por qualquer outra aprendizagem.
- (E) inaugurou a criminologia crítica em razão da descoberta da seletividade penal no processo de criminalização.

100. A criminologia feminista

- (A) sofre críticas pela criminologia radical contemporânea por ignorar os processos de revitimização da mulher ao submetê-la ao sistema de justiça criminal tradicional.
- (B) teve origem da obra *La Donna Delinquente (A Mulher Delinquente)*, no qual Cesare Lombroso realiza uma revisão crítica de sua teoria e investe na denúncia à situação da mulher, notadamente frente à prostituição.
- (C) alcançou destaque no desenvolvimento das ideias subculturais ao serem realizados estudos etnográficos de gangues e organizações criminosas femininas e demonstrada a raiz patriarcal do pensamento criminológico.
- (D) revelou seu viés essencialmente conservador nas lutas pela criação de leis que privilegiavam a punição, como a Lei Maria da Penha.
- (E) questiona o local da mulher no direito penal ao reconhecer a seletividade de gênero tanto como criminalizadas, quanto como vítimas em um sistema de corte patriarcal.